



Marzo 2020 - ISSN: 1988-7833

ESPAÇO E PLANEJAMENTO REGIONAL: SUCESSÃO E COEXISTÊNCIA DE DINÂMICAS TERRITORIAIS RURAIS NO MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO-PA

**Milvio da Silva Ribeiro¹
Carla Joelma de Oliveira Lopes²**

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Milvio da Silva Ribeiro y Carla Joelma de Oliveira Lopes (2020): "Espaço e planejamento regional: sucessão e coexistência de dinâmicas territoriais rurais no município de Novo Repartimento-PA", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (marzo 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/03/espaco-planejamento-regional.html>
<http://hdl.handle.net/20.500.11763/cccss2003espaco-planejamento-regional>

Resumo

Propomos uma análise das dinâmicas territoriais rurais do município de Novo Repartimento na Região de Integração do Lago de Tucuruí, análise fundamental para a compreensão da formação territorial rural da Amazônia Paraense. O pressuposto que defendemos é de que essas dinâmicas refletem a relação entre espaço e planejamento regional estando contempladas nas formulações dos Grandes Projetos destinados a região, com destaque para a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A instalação desse objeto constituiu um evento, uma vez que, ele muda o sentido das coisas, reorganiza a paisagem, a configuração espacial, a dinâmica social, enfim, o espaço geográfico. Para execução deste trabalho consideramos metodologicamente dois tempos de análises. O tempo 1, que incorpora a análise das dinâmicas associadas a construção da usina e que são fundantes para a compreensão do surgimento do município e o tempo 2, que exporá as novas regulações espaciais e territoriais e sua relação com a agropecuária bovina. Os resultados indicam que o município de Novo Repartimento figura entre os principais produtores da pecuária bovina, mas está também na lista dos que mais desmatam e dos que mais escravizam pessoas no Brasil. Em geral, a população, muito embora, sonhe com a riqueza compartilhada pelos ricos criadores de gado, vive em extrema pobreza e desigualdade. A permanência do sonho de riqueza no imaginário social revela, contudo, que o processo de planejamento regional teve sua eficiência na produção do espaço. A Amazônia personagem ainda é uma realidade.

Palavras-chave: Espaço rural e planejamento, Dinâmica territorial, Agropecuária bovina, Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Abstract

We propose an analysis of the rural territorial dynamics of the municipality of Novo Repartimento in the Lake Tucuruí Integration Region, a fundamental analysis for understanding the rural territorial formation of the Paraense Amazon. The assumption we defend is that these dynamics reflect the relationship between space and regional planning and are contemplated in the formulation of Major

¹ Doutorando do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: milvio.geo@gmail.com

² Doutoranda do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: carlajoelma@gmail.com

Projects for the region, with emphasis on the implementation of the Tucuruí Hydroelectric Plant. The installation of this object constituted an event, since, it changes the sense of things, reorganizes the landscape, the spatial configuration, the social dynamics, in short, the geographical space. In order to carry out this work, we considered methodologically two times of analysis. Time 1, which incorporates the analysis of the dynamics associated with the construction of the plant and which are fundamental for understanding the emergence of the municipality and time 2, which will expose the new spatial and territorial regulations and their relationship with cattle farming. The results indicate that the municipality of Novo Repartimento is among the main producers of cattle ranching, but is also on the list of those who most deforest and those who most enslave people in Brazil. In general, the population, even though they dream of the wealth shared by the rich cattle breeders, lives in extreme poverty and inequality. The permanence of the dream of wealth in the social imagination reveals, however, that the regional planning process had its efficiency in the production of space. The character Amazon is still a reality

Keywords: Rural space and planning, Territorial dynamics, Bovine agriculture, Tucuruí Hydroelectric Power Plant.

Resumen

Proponemos un análisis de la dinámica territorial rural del municipio de Novo Repartimento en la Región de Integración del Lago Tucuruí, un análisis fundamental para comprender la formación territorial rural de la Amazonía Paraense. La suposición que defendemos es que estas dinámicas reflejan la relación entre el espacio y la planificación regional y se contemplan en la formulación de los principales proyectos para la región, con énfasis en la implementación de la central hidroeléctrica de Tucuruí. La instalación de este objeto constituyó un evento, ya que cambia el sentido de las cosas, reorganiza el paisaje, la configuración espacial, la dinámica social, en resumen, el espacio geográfico. Para llevar a cabo este trabajo, consideramos metodológicamente dos veces de análisis. Time 1, que incorpora el análisis de la dinámica asociada a la construcción de la planta y que son fundamentales para comprender el surgimiento del municipio y el tiempo 2, que expondrá las nuevas regulaciones espaciales y territoriales y su relación con la ganadería. Los resultados indican que el municipio de Novo Repartimento se encuentra entre los principales productores de ganadería, pero también está en la lista de los que más deforestan y los que más esclavizan a las personas en Brasil. En general, la población, a pesar de que sueñan con la riqueza compartida por los criadores de ganado rico, vive en extrema pobreza y desigualdad. La permanencia del sueño de la riqueza en la imaginación social revela, sin embargo, que el proceso de planificación regional tuvo su eficiencia en la producción de espacio. El personaje de Amazon sigue siendo una realidad.

Palabras clave: Espacio rural y planificación, Dinámica territorial, Ganadería, Central Hidroeléctrica Tucuruí.

1. INTRODUÇÃO

Compreender a reconfiguração contemporânea das cidades e territórios da Amazônia Paraense, em particular, do município de Novo Repartimento, nosso lócus de investigação, requer revisitações a um processo gestado nos governos militares que teve como consequência, entre outras, a deflagração da Operação Amazônia em 1966, a criação da SUDAM no mesmo ano, do Programa Grande Carajás, e a edificação de vários objetos geográficos com o objetivo de dar suporte ao processo de exploração econômica da região, em especial da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT).

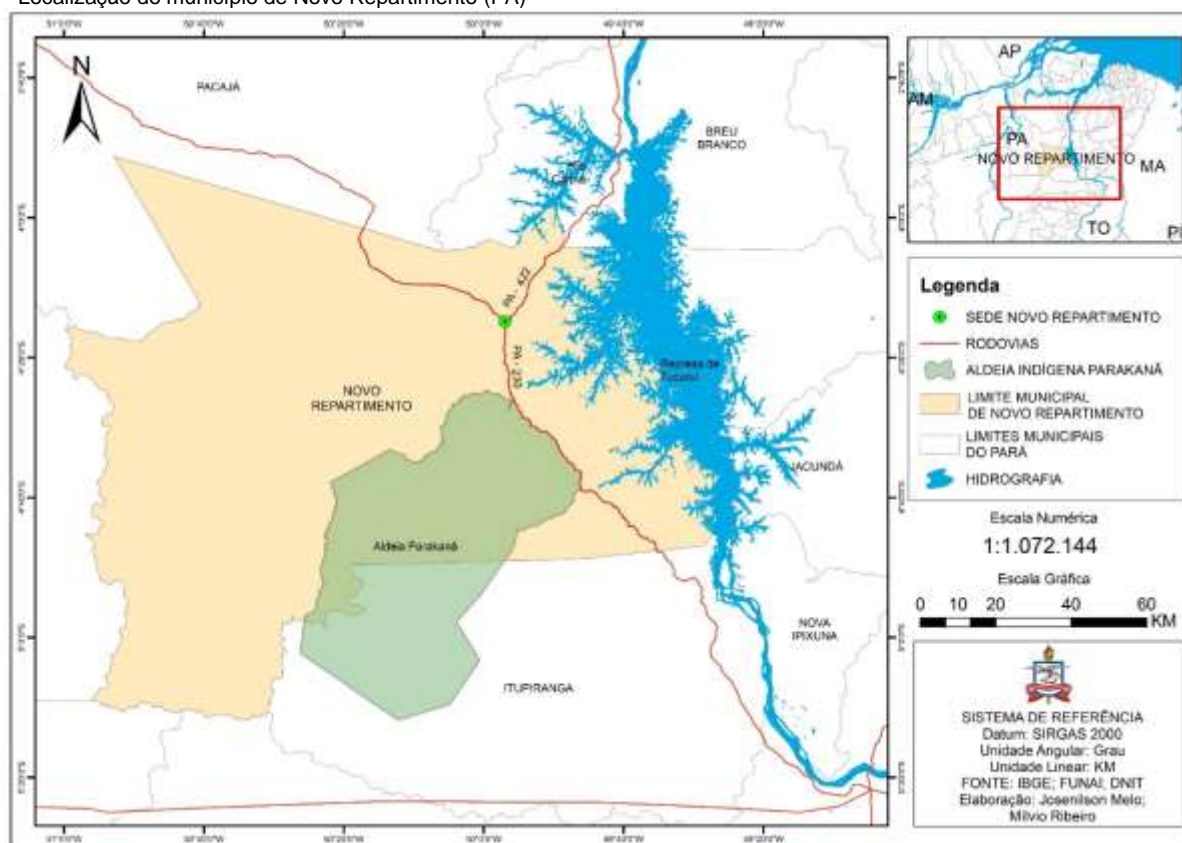
Espaço e planejamento regional foram articulados com a finalidade de atender aos interesses do tripé Estado/Mercado/Capital. Arranjo que, conforme nos informa Nahum (2019, p. 34) “reinventa a região utilizando-se da representação da natureza enquanto fonte de recursos, de espaço demograficamente vazio, de migrante como força de trabalho e o capital responsável por trazer o desenvolvimento regional [...]”.

Neste trabalho, objetivamos analisar as dinâmicas territoriais rurais do município de Novo Repartimento (Figura 1), localizado na Região de Integração do Lago de Tucuruí (RILT), o município

é marcado historicamente por dinâmicas do espaço rural, contudo, a influência das políticas de planejamento regional reverbera processos de mudanças e permanências que se apresentam, entre outros elementos, através da expansão da agropecuária bovina adequada aos imperativos do reordenamento espacial produzido pela UHT.

O município de Novo Repartimento fica localizado ao sudeste do estado do Pará. A abrangência territorial corresponde a 1.539.800 hectares. A população estimada em 2019, segundo o IBGE (2010) era de 73.082 habitantes, sendo que a maior parte dela vive na área rural. O município comporta (total ou parcialmente), 1 terra indígena (TI), 3 Unidades de Conservação (UC's) e 31 projetos de assentamento.

Figura 1 –
Localização do município de Novo Repartimento (PA)



Fonte: IBGE, FUNAI, DNIT (2020). Elaborado pelo autor.

2. ESPAÇO E PLANEJAMENTO REGIONAL: A AMAZÔNIA PARAENSE EM QUESTÃO (1966-2016)

Uma das possibilidades de compreensão da organização espacial da Amazônia reside na análise dos Planos de Desenvolvimento destinados a região, os PDAs. Estes planos, trazem como centralidade o desejo de integrar a Amazônia ao modelo de crescimento econômico adotado no país desenvolvendo, assim, segundo Nahum (2011, p. 18), “é um gênero de política planejada que reinventa a região, quer como fronteira agrícola, I PDA (1972-75), quer como fronteira agromineral II PDA (1975-79), ou como fronteira da biotecnologia, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável PDA (1992-950)”.

Nesses PDAs a natureza é contemplada a partir de suas potencialidades. Floresta, solo e subsolo são tratados como recursos inesgotáveis. Predomina a representação da Amazônia como fronteira a ser amansada, como região pioneira, atrativa aos investimentos, espaço vazio e inerte,

aguardando força de trabalho e desenvolvimento. Assim, nos PDAs a região amazônica agrega “[...] uma natureza desumanizada, um espaço neutro e um homem objeto” (NAHUM, 2011, p.24).

O tratamento dado a Amazônia ignora contradições, conflitos, demandas, povos, etnias, culturas. Instituem-se ações e intervenções políticas para ela ordenadas pelo capital internacional, mediadas pelo Estado e por elites locais. Dentro da órbita de ação da Operação Amazônia (1966), os PDAs estão em profunda interlocução com diretrizes que intencionam atrair empresas e indústrias oferecendo incentivos fiscais e promessa de crescimento econômico através da exploração dos recursos locais.

No cenário, a SUDAM (1966) assume um papel estratégico no sentido de garantir o cumprimento dos interesses alienígenas. Com a competência de elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o órgão reúne a responsabilidade de acompanhar, avaliar, fiscalizar, estimular, sugerir, entre outras tarefas, os projetos ou empreendimentos privados, de interesse para o desenvolvimento econômico da região, ou seja, cabia-lhe a função de planejar e executar a expansão capitalista na Amazônia (BRASIL, 1968). Conforme Batista, (2016 p. 104) “[...] muitas expectativas foram depositadas na instituição. Ela inscrevia-se no novo sistema institucional para intervir na realidade regional”.

O espaço amazônico, dessa forma, passa a ser desenhado a partir de interesses particulares e restritos. Na formação discursiva, contudo, predomina a representação da região como fronteira econômica, região promissora, sinônimo de oportunidade, com potencial para gerar emprego, renda e inclusão, sem considerar, como afirma Nahum (2019, p. 25) que, “[...] a dimensão espacial não pode ser tratada como sinônimo de área ocupada por uma atividade, como se o espaço fosse passivo a qualquer ação e não reagisse”.

Na Operação Amazônia, na SUDAM e nos PDAs, referências para a compreensão do planejamento regional, em seus tempos específicos, a Amazônia nada mais representa que insumo dos grandes projetos de exploração. O espaço é considerado vazio, a-histórico e inerte, A dimensão espacial ignorada de forma proposital atende, todavia, a interesses dirigidos. Nas reflexões de Marques:

Com o golpe empresarial militar de 1964, os governos ditatoriais desenvolveram um discurso de ameaça à soberania brasileira sobre a Amazônia. O discurso sobre pressões externas colocava a Amazônia na Doutrina de Segurança Nacional e tirava paulatinamente da região a possibilidade de elaborar um projeto regionalista. Compreende-se, assim, a ênfase dada a uma noção artificialmente desenvolvida: a de que o espaço amazônico era vazio – desconsiderando a presença do indígena, caboclo, migrante, posseiro, dos remanescentes de quilombos, entre outros. Se assim era, restava tão somente ocupá-lo. E isso foi feito, mas privilegiadamente por militares, grandes proprietários e pelo capital. (Marques, 2019, pp. 89-90).

Assim, edificaram-se os Grandes Projetos. Na Amazônia Paraense o processo evocou a construção de inúmeras próteses espaciais. Rodovias, portos, aeroportos, sistemas de eletrificação, telefonia, correios, entre outros. A terra passa a ser objeto de disputa, posto que, “[...] o grande capital reivindica a terra que o camponês caboclo, ribeirinho, quilombola ou agricultor familiar usava há três séculos e meio, sem nunca se preocupar com a titulação”. (NAHUM, 2019, pp. 34-35). O cenário de insegurança territorial se adensou, bem como o de transformações territoriais, sobretudo, na porção oriental, a partir da construção da UHT.

Observa-se, assim, que o planejamento regional desconsiderou, não raramente, a dimensão espacial. O espaço, contudo, como afirmamos alhures, não é passivo. Na verdade, espaço e sociedade são instancias interdependentes, onde um não caminha sem o outro, tornando-se condição para a existência. O espaço é palco, produto e condicionante da existência, como afirma Nahum (2019).

3. METODOLOGIA

O fundamento empírico desta proposta de investigação é o município de Novo Repartimento (PA). Para tentar observar a relação entre espaço e planejamento regional, procuramos compreendê-lo a partir da divisão de tempos de análises diferentes. O tempo 1 (T1), que incorpora a análise das dinâmicas associadas a construção da usina e que são fundantes para a compreensão do surgimento

do município e o tempo 2 (T2) que exporá as novas regulações espaciais e territoriais e sua relação com a agropecuária bovina

Do ponto de vista operacional, este trabalho resulta de revisão de literatura e de pesquisa documental. O recorte temporal da pesquisa está delimitado entre os anos de 1966 a 2016. A pesquisa, ainda embrionária, está contida em uma proposta mais ampla que é a compreensão das dinâmicas territoriais rurais da Amazônia Paraense.

4. RESULTADOS

Os dados obtidos na pesquisa documental e bibliográfica confirmam a perspectiva metodológica escolhida, visto que, as dinâmicas territoriais que se exibem no município de Novo Repartimento parecem responder ao processo de planejamento regional que foi imposto à região. Consideramos a edificação da UHT como um evento que reorganizou o cotidiano do lugar e imprimiu novas racionalidades econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais.

4.1. A UHT e o surgimento de Novo Repartimento

Com o propósito de integrar a Amazônia ao modelo de crescimento econômico do período foram gestados planos de desenvolvimento que reinventam a região como fronteira agrícola, como fronteira agromineral, biotecnológica, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável (NAHUM, 2011, p. 18). Assim, a política se atrelou aos interesses do capital reforçando representações onde o espaço era percebido como monótono, inerte, ávido por investimentos e investidores.

Em meio ao cenário político, uma das instituições que mais se destacou foi a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. O órgão tornou-se responsável pelo planejamento regional fixado em um modelo de desenvolvimento que incorporou a ideia de desenvolvimento e exploração da região. Entre suas atribuições estava a de elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para tanto, estabeleceu um conjunto de ações políticas associadas a estruturas particulares do capital. O desenvolvimento dos Grandes Projetos representa, assim, “os vetores delineadores do papel da região de fornecedora de matérias-primas para o mundo” (NAHUM, 2019, p. 34).

Nesse sentido, entre as décadas de 1970 e 1980 foi gestado o Programa Grande Carajás (PGC). O projeto, destinado, sobretudo, a exploração mineral, não se limitou apenas a essa atividade, pautado no discurso de desenvolvimento regional, o PGC agregou projetos agropecuários de exploração florestal e demandou a criação de uma infraestrutura que desse suporte aos empreendimentos. Vários objetos foram edificados, entre eles, a UHT (PA), a Estrada de Ferro Carajás (PA) e o Porto de Ponta da Madeira (MA).

Destacamos nessa investigação o papel da UHT (1974-1984). A implantação da usina no médio Rio Tocantins se apresenta como “evento geográfico” (SANTOS, SILVEIRA, 2001), posto que, o processo de instalação desse objeto mudou o sentido das coisas, do lugar, reorganizou a paisagem, a configuração espacial, a dinâmica social, e como consequência, produziu o espaço geográfico nas conformações de uso dos recursos naturais como sustentáculo ao capital.

A construção da usina, entretanto, provocou uma série de alterações nas dinâmicas espaciais e econômicas dos municípios afetados por ela. De acordo com Rocha (2008), quatorze povoados ribeirinhos, uma cidade e trechos da Transamazônica e da Estrada de Ferro Tocantins ficaram submersos para garantir a formação do reservatório. Além disso, ocorreram mudanças na vazão do rio Tocantins, o hidrossistema foi alterado, houve significativa perda da cobertura vegetal, as tradicionais atividades extrativistas cederam lugar, aos poucos, aos empreendimentos do agronegócio, sobretudo, das madeiras, houve uma redução significativa do pescado e inúmeros processos de reassentamento de grupos populacionais retirados de suas moradias originais (MANYARI, 2007; LOPES, 2017). Ao mesmo tempo foram criadas Unidades de Conservação como estratégia compensatória para amenizar os impactos provocados pelo empreendimento.

É nesse cenário que surge oficialmente o município de Novo Repartimento. As narrativas locais, entretanto, indicam que o núcleo urbano onde hoje está o município começou a ser formado por ocasião da construção da Rodovia Transamazônica, surgindo como acampamento da empresa responsável pela tarefa. A terra, contudo, era habitada tradicionalmente pelos índios Parakanã. Como parte da reserva indígena foi alagada e aproximadamente 10 mil famílias de núcleos urbanos

perderam suas moradias com a inundação provocada pela construção da usina, houve a necessidade de realocar essas pessoas. Em 1991 o município foi institucionalizado (BATISTA, 2016).

Antes da década de 1990 as principais atividades econômicas estavam relacionadas a agricultura, uma vez que, cerca de 90% da população residia na área rural. A extração da madeira e da castanha do Pará também teve destaque, o desenvolvimento da pecuária era tímido. A concentração fundiária e o desmatamento, entretanto, revelaram as fragilidades de um processo de ocupação planejada que não considerou as especificidades dos moradores realocados, nem mesmo do espaço ocupado.

4.2. Novo Repartimento e a agropecuária bovina

A situação geográfica atual de Novo Repartimento incorpora a condição de expropriação e deslocamento de pessoas dos seus lugares de origem, processo responsável, como afirmamos alhures, por concentração fundiária e desmatamento. Ao mesmo tempo, indica um lugar marcado pela intensificação da demanda por rebanho bovino. O IDHM do município revela, entretanto, o adensamento da pobreza e desigualdade, indicando como isso contracenando e é invisibilizado pelo mito de que a região é rica e próspera.

A aparente prosperidade do município está atrelada no imaginário social a intensificação da pecuária bovina. Grandes e pequenos produtores rurais experimentam realidades diferentes, porém, a riqueza concentrada nas mãos da elite pecuarista é representada como possibilidade ao alcance de todos, o que rememora as reflexões de Nahum (2011) recordando que o esforço do planejamento regional é o de alardear a região personagem, apresentar a natureza como fonte inesgotável de recursos e transformar o homem em simples objeto, despido de historicidade e ação política.

A trajetória da expansão bovina pode ser compreendida a partir do incentivo dado a atividade através do crédito rural. Atualmente o rebanho bovino do município foi considerado o 8º maior do Brasil e no Pará, corresponde a terceira maior movimentação pecuária. Batista (2016) exhibe os dados da expansão bovina no município entre os anos de 2000 e 2012 conforme a tabela 1.

Tabela 1. Expansão do rebanho bovino em Novo Repartimento

Ano	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
Efetivo do Rebanho	130.540	148.989	454.051	460.650	381.628	631.504	791.795

Fonte: Farias (2016, p. 52).

Segundo a autora, o comportamento expansivo da atividade pecuária tem relação direta com o aumento da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), assim:

Com o aumento da implantação do CAR (Cadastro Ambiental Rural) no município, cuja cobertura antes de 2008 era de 14.535,46 hectares (2 propriedades) e, em 2013, já atingia um total de 199.345,58 hectares (1.604 propriedades), aumentou também a procura por programas de crédito que subsidiassem os investimentos na nova atividades, tida como mais lucrativa, justificando o incremento do rebanho bovino no município. (Batista, 2016, p. 52).

A atividade pecuarista, além de não garantir a superação da pobreza e a partilha da riqueza, trouxe ainda como consequência para o município um preocupante processo de desmatamento. O município aparece entre os que mais tiveram perdas vegetais no estado. É bem verdade, que o cenário se explica, não somente pela existência dos latifúndios reservados para a pecuária, outro fator que coopera para esse quadro foi a consolidação de projetos de assentamento no município.

Em Novo Repartimento, até 2013, havia mais de 30 projetos de assentamentos rurais, destacando-se entre eles, o de Tuerê, um dos maiores assentamentos da América Latina. A falta de investimentos, políticas públicas adequadas e apoio aos assentados do Tuerê, tem resultado em expressivo aumento do desmatamento, posto que o extrativismo da madeira se transformou em importante fonte de renda para essas pessoas.

Mas é a pecuária a atividade que assume maior dinamismo na economia local. Entretanto, ela vem associada a inúmeros problemas sociais e ambientais. Destacam-se os relativos a existência do trabalho escravo e a perda da biodiversidade provocada pela intensificação do desmatamento,

processo denunciado por vias oficiais e extra oficiais. Novo Repartimento figura entre os dez municípios do Brasil com maior número de casos de trabalho escravo, conforme a tabela 2

Tabela 2.

Trabalho escravo no Brasil (2003-2014)

Município	Número de casos	Número de trabalhadores
1. São Félix do Xingu (PA)	129	882
2. Marabá (PA)	86	575
3. Açailândia (MA)	75	366
4. Rondon do Pará (PA)	66	530
5. Novo Repartimento (PA)	46	185
6. Goianésia (PA)	44	554
7. Dom Eliseu (PA)	43	380
8. Itupiranga (PA)	43	342
9. Pacajá (PA)	41	604
10. São Geraldo do Araguaia (PA)	38	131

Nota. Fonte: Recuperado de [https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/.../FINAL de_folderAmz_2015_WEB.pdf](https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/.../FINAL_de_folderAmz_2015_WEB.pdf),

Observe que os números denunciam uma dinâmica regional marcada por processos de exploração degradante do trabalho humano. Novo Repartimento apresentou entre os anos de 2003 e 2014, 46 casos de trabalho escravo envolvendo 185 trabalhadores. Os números confirmam, assim, a existência de um modelo de desenvolvimento predatório onde a acumulação da riqueza a qualquer custo e a utilização de mão de obra de migrantes pobres e vulneráveis, é realizada em nome de um suposto progresso e da integração da Amazônia ao circuito do capital nacional e internacional.

Pode-se afirmar, contudo, que as dinâmicas territoriais do lugar são marcadas por processos de sucessão e coexistência, pois, embora a ideia de progresso atada a exploração econômica do lugar represente um atrativo para o migrante e, na prática, envolva uma parcela significativa de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, ainda se mantém vivas em Novo Repartimento as práticas ligadas ao pequeno extrativismo. Aquele que relembra o período anterior a década de 1960, onde menos de 1% das árvores da Amazônia haviam tombado.

5. CONCLUSÃO

A UHT, objeto geográfico que atendeu aos imperativos das políticas de planejamento regional, dinamizou os municípios da Amazônia Oriental e impôs um novo ritmo ao cotidiano dos lugares. Configurou um evento. O surgimento de cidades com a função de minimizar os impactos provocados por ela, não garantiu que todos os atingidos fossem contemplados com políticas de reparação adequada.

O caso de Novo Repartimento foi emblemático. O município figura entre os principais produtores da pecuária bovina, mas está também na lista dos que mais desmatam e dos que mais escravizam pessoas no Brasil. As pesquisas revelam que a população, muito embora, sonhe com a riqueza compartilhada pelos ricos, vive em extrema pobreza e desigualdade. A permanência do sonho no imaginário social revela, contudo, que o processo de planejamento regional teve sua eficiência na produção do espaço. A Amazônia personagem ainda é uma realidade.

Sobrevivem, entretanto, antigas dinâmicas territoriais. Nos assentamentos, nas áreas de unidade de conservação, na terra indígena, estão os resistentes, aqueles que continuamente têm lutado para viver com dignidade e denunciado os usos e abusos do território. A situação geográfica experimentada em Novo Repartimento é, portanto, marcada por sucessão e coexistência de modos de vida, de territorialidades e de territórios.

REFERÊNCIAS

- Batista, Iane Maria da Silva (2016). *A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)*. Tese. Faculdade de História/UFPA. Belém.
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). (2020). *Infraestrutura-rodoviária*. Recuperado em 7 março 2020, <http://www.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/dnit-geo>
- Farias, M. H. C. S. (2016). *Contribuição de projetos de assentamentos para a dinâmica da mudança do uso da terra na Amazônia: um estudo em Novo Repartimento (PA)*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (2020). *Shape das Terras Indígenas / Terras Indígenas em Estudos*. Recuperado em 7 março 2020, <http://www.funai.gov.br/index.php/shape>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010): *População Estimada para 2017 em Novo Repartimento – PA. Pará*. Recuperado em 10 agosto 2019, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/novo-repartimento/panorama>
- Instituto brasileiro de geografia e estatística. (IBGE). (2020). *Sistema Agregador de Informações do IBGE sobre os municípios e estados do Brasil*. Recuperado em 7 março 2020. <https://cidades.ibge.gov.br/>
- Lopes, C. J. de O. (2017). O território quilombola de Araquembaua: Titulação, Mudanças e Permanências. *Revista Cerrados*, p. 196-213. Recuperado em 16 julho 2019, <http://www.periodicos.unimontes.br/cerrados>
- Manyari, Waleska Valença (2007). *Impactos Ambientais a Jusante de Hidrelétricas. O caso de Tucuruí, PA*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Marques, Gilberto de Souza (2019). *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. 1a. Ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Ministério do Interior, Brasil (1968). *SUDAM, Operação Amazônia*. (Discursos). Belém, Brasil.
- Nahum, João Santos (2011). Região, discurso e representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento. *Boletim geográfico*. Maringá, v. 29, n. 2, p. 17-31. Recuperado em 3 outubro, 2019, <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/issue/view/624>
- Nahum, João Santos (2019). Notas sobre a Formação Territorial da Amazônia Paraense: do meio natural ao meio técnico. In: SILVA, C. N.; DE PAULA, C. Q; SILVA, J. M. P. *Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil Setentrional*. 1ª ed. Belém: GAPTA/UFPA. p. 23-42
- Rocha, Gilberto Miranda (2008). *Todos Convergem para o lago! Hidrelétrica de Tucuruí. Municípios e territórios na Amazônia*. 1ª ed. Belém: NUMA/UFPA.
- Santos, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (2001): *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. 17º ed. São Paulo: Editora Record.